

ProceComCiv 0810404-09.2019.8.18.0140  
WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS ...

19430273 - Petição (2634452 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL 01)  
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 24/08/2021 09:55:30

24 Aug 2021

- JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
  - 19430271 - Petição
  - 19430273 - Petição (2634452 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL 01)

19 Aug 2021

- EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.

10:10

ATO ORDINATÓRIO PRATICADO

19307657 - Ato Ordinatório

10:09

13 Aug 2021

- JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL
  - 19172591 - Laudo Pericial
  - 19172592 - Laudo Pericial (WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA Honorários periciais)
  - 19172943 - Petição (WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA)

downloadBinario.seam 1 / 2 90%

2634452 - CJ/2019-04811/INVAIDEZ

JOÃO BARBOSA  
ADVOCADO HONORÁRIO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n.º 08104040920198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove

WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA

PT 09:55 24/08/2021



Número: **0810404-09.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **07/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                           |         |
|--|--------------------|---|---------|
| WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA (AUTOR)                     |                    | GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)             |         |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) |                    | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)                        |         |
| Documentos   |                    |   |         |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento   | Tipo    |
| 19430273   | 24/08/2021 09:55   | <a href="#">2634452_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a> | Petição |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n.º 08104040920198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WASHINGTON LUIS LOPES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.



Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 23 de agosto de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 24/08/2021 09:55:29  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21082409552966100000018327661>  
Número do documento: 21082409552966100000018327661

Num. 19430273 - Pág. 2